

Relações Portugal/Moçambique: que vantagens?

Fernando Jorge Cardoso*

O tema das relações entre Portugal e os novos Estados africanos outrora colónias portuguesas tem sido objecto de variadas análises tanto na imprensa como em colóquios que se têm multiplicado nos últimos tempos.

No presente artigo, apesar de algumas das reflexões poderem ser eventualmente generalizadas a outros casos, o tema é focado no contexto do relacionamento entre Portugal e Moçambique. Não sendo seu objectivo realizar uma análise conforme às teorias do comércio internacional (pese embora o título), será no entanto dado um especial destaque, se bem que não exclusivo, aos problemas de ordem económica.

Regra geral e por motivos óbvios, as análises a este assunto que são feitas na imprensa portuguesa seguem uma perspectiva na qual as questões do relacionamento entre Portugal e Moçambique são reflectidas a partir do lado português. A óptica escolhida para o tratamento das questões neste trabalho segue um ângulo de abordagem inverso do acima referido, dado que a posição portuguesa é perspectivada a partir de realidades e pontos de vista do lado moçambicano.

Deste modo, os assuntos a tratar incidirão sobretudo na discussão de possíveis vantagens comparativas que Portugal tenha relativamente a terceiros países em Moçambique. Para tal, após o enquadramento das relações bilaterais no seu contexto geoeconómico, serão abordadas questões relativas à língua, linguagem e tecnologias, ao binómio desvantagens/ estratégias e a eventuais pontos fracos e fortes no relacionamento entre os dois países.

Escusado será dizer que as ideias aqui expressas são inteiramente pessoais, não correspondendo necessariamente a correntes de opinião ou a consensos que sobre os diversos assuntos possam existir em Moçambique.

Contextos geoeconómicos e relações bilaterais

Uma questão prévia à discussão dos problemas do relacionamento bilateral é a do seu adequado enquadramento global, aspecto este que se prende sobretudo com os *contextos geoeconómicos* nos quais cada país se insere.

* Da Universidade Eduardo Mondlane.

De facto, as realidades da internacionalização da vida económica e da integração de Portugal e de Moçambique em zonas económicas transnacionais impõem abordagens que ultrapassam análises de ordem puramente bilateral.

Se, no caso português, esta consideração assume particular realce dado o processo de integração europeia, o mesmo se poderá dizer no que respeita à integração de Moçambique no complexo económico da África austral.

Neste último caso, é sem dúvida essencial notar o peso da economia sul-africana, a qual apresenta valores do PIB 3 a 4 vezes superiores aos da totalidade das outras economias da zona, e é origem de 20 % a 25 % das suas importações.

Porém, a dinâmica de capitais e de fluxos de financiamento externo à região tem-se deslocado, nos últimos anos, da África do Sul para os países membros da SADCC, por razões que têm a ver não só com o crescente isolamento político do regime do *apartheid*, mas também com interesses de Estados (e capitais) cuja origem é predominantemente europeia.

Esta dinâmica é reveladora da importância da África austral e da SADCC, a qual tem hoje as mais elevadas taxas de investimento na África sub-saariana.

Moçambique, não obstante os riscos derivados da situação de guerra, tem ocupado um lugar de relevo na recepção de créditos e donativos para a realização de projectos directa ou indirectamente ligados à SADCC.

Tal facto radica na posição geoeconómica de Moçambique e no seu papel na divisão do trabalho regional.

Com efeito, o país é a principal alternativa à África do Sul para o acesso ao mar dos países vizinhos, o que explica os grandes investimentos de reabilitação e expansão de infra-estruturas de transporte e comunicações que estão projectadas ou já em curso e que constituem a prioridade e o destino número um dos investimentos na SADCC.

Porque evidentes, escuso-me a reflexões desnecessárias sobre efeitos directos e indirectos desses investimentos noutras oportunidades de negócio, quer internos ao país, quer nas economias limítrofes.

Parece de salientar, no entanto, que os interesses europeus estão bem visíveis na região e no país. Sendo Portugal membro da CEE, o desenvolvimento das relações com Moçambique enquadra-se em realidades económicas mais amplas, as quais, se bem que mais competitivas, oferecem, também, maiores oportunidades.

Língua, linguagens e tecnologias

Para além de considerações de ordem histórica ou política sobre o passado das relações entre Portugal e Moçambique, o elemento que é normalmente associado com uma maior facilidade de relacionamento em todos os campos (susceptível de induzir vantagens comparativas na competição com terceiros) é o da existência de um idioma comum.

Compreensivelmente, a questão da língua é, numa perspectiva portuguesa, geralmente tratada como valor cultural a preservar nos vários continentes. No entanto, quando olhados na perspectiva dos utilizadores da língua, os valores assumem uma natureza diferente, que me parece interessante focar.

Assim, a primeira constatação é que a língua portuguesa, não obstante a «carga negativa» de ter sido o veículo de comunicação utilizado pelo colonizador, é escolhida como o idioma oficial do novo Estado.

A esta opção correspondem duas ordens de razões.

A primeira delas é de índole histórica e prática: o português era (é) o único idioma com expressão nacional (se bem que não falado pela maioria da população, era falado na totalidade do território), com uma base escrita e correntemente utilizado nos vários domínios da vida nacional, desde a administração pública, à educação e aos negócios.

A segunda ordem de razões tem já uma natureza marcadamente política.

Com efeito, em Moçambique falam-se várias línguas africanas, nenhuma das quais com implantação nacional, pelo que a escolha de uma delas para idioma comum e agregador é politicamente inviável.

A este elemento de ordem interna, há a acrescentar outro, de ordem externa, particularmente importante quando olhado numa perspectiva regional.

Este último tem a ver com factores de ordem geoestratégica de certa forma ligados com a dominância do inglês como idioma oficial de comunicação na região e com fenómenos fronteiriços de contiguidades linguísticas. Estes factores são tanto mais importantes quanto o jovem Estado moçambicano tem sido objecto de atentados à sua integridade territorial, justificados em alguns quadrantes por conflitos religiosos e étnico-linguísticos.

Nesta perspectiva, o português, para além de idioma oficial, é também um importante *instrumento de unidade e de afirmação da identidade e independência nacional*.

No entanto, a sua adopção como língua oficial, se bem que baseada em realidades e interesses nacionais, não é um dado irreversível no que ao futuro diz respeito. De facto, para além de factores políticos, a sua permanência tem a ver com realizações que se conjugam no presente e que dizem nomeadamente respeito à formação escolar, à expansão da base bibliográfica e à própria investigação linguística.

Nesta base e retomando o tema das relações bilaterais, a cooperação interestatal nos domínios da escolaridade e da expansão do idioma português é uma área em que, apesar das motivações básicas serem de ordem diferente, há uma clara identidade de interesses e objectivos.

Aos problemas da língua podem ser associados os das linguagens e tecnologias.

Os próximos anos (se não décadas) de desenvolvimento em Moçambique, ainda que incluindo investimentos de expansão, serão, previsivelmente, dedicados a actividades de reconstrução e renovação de infra-estruturas e meios de produção destruídos, danificados ou ociosos.

Neste contexto, se bem que o recurso a investimentos com elevados índices de capital intensivo e tecnologias sofisticadas possa ser mais apropriado em determinados casos, a grande maioria deverá adequar-se, como é lógico, ao nível de desenvolvimento sócio-económico do país, e traduzir-se provavelmente em investimentos de trabalho intensivo.

Tem este intróito o objectivo de argumentar com análises que defendem uma virtual apetência portuguesa para acções de cooperação com os novos Estados africanos, derivada do domínio de tecnologias ditas «intermédias», alegadamente mais adequadas às condições locais.

A meu ver, a verdadeira vantagem que Portugal tem comparativamente a terceiros países (industrializados), reside mais na existência de *linguagens* de trabalho e de comunicação similares, fenómeno este em grande medida explicado pela proximidade de níveis de desenvolvimento sócio-económico e sobretudo pela partilha de experiências profissionais idênticas entre trabalhadores dos dois países.

Este facto, aparentemente apenas de ordem geral, tem particular relevância quando perspectivado no detalhe do quotidiano, em que a eficácia de actuação é potenciada pela facilidade de comunicação e compreensão face aos problemas colocados na realização de tarefas.

Por outro lado, a maioria dos trabalhadores e das empresas portuguesas actantes em Moçambique demonstram hoje (ainda), a par da necessária *especialização* em tal

ou tal actividade ou tarefa, uma preciosa (nas condições moçambicanas) dose de *generalismo* que lhes permite abarcar um conjunto de acções diversificadas cuja resolução se impõe e é avessa a compartimentações profissionais ou funcionais mais ou menos estanques.

No entanto, esta conjugação entre especialização e generalismo não é monopólio português. Ela verifica-se também com empresas e trabalhadores de outras nacionalidades (geralmente com bastante experiência de trabalho em África ou provenientes de países do terceiro mundo).

Porém, quando conjugadas com a utilização da língua portuguesa, estas linguagens de trabalho e comunicação transformam-se em vantagens reais inestimáveis.

Neste contexto, na opção por projectos e empreendimentos, poderá ser porventura mais simples e vantajoso para Moçambique a obtenção de créditos ou de técnicas mais avançadas em terceiros países. Dificilmente será possível, porém, encontrar melhores linguagens tecnológicas e processuais.

Competição: desvantagens e estratégias

Estas considerações levam-nos à discussão dos problemas da competição entre capitais no país e na região e às alegadas desvantagens comparativas de empresas portuguesas em relação a suas congéneres de terceiros países, as quais disporiam, regra geral, de estruturas e de apoios financeiros mais fortes, sendo, por isso, mais competitivas, já que capazes de apresentar alternativas de financiamento mais favoráveis.

Deste modo, mesmo que passíveis de apresentar variantes tecnológicas mais favoráveis e com custos de exploração mais baixos, as empresas portuguesas estariam, à partida, em situação de desvantagem.

Esta alegação tem bases concretas; uma vez que a falta de capitais de risco ou de fontes de financiamento é determinante na competição na zona, dado serem estes recursos os mais escassos e mais determinantes na realização de negócios.

No entanto, esta desvantagem não pode ser nem restringida nem confundida com factores tais como a fraqueza do mercado de capitais portugueses, a falta de capitais próprios ou a escassez de apoios financeiros estatais, mesmo porque os mercados de capitais (tal como os de trabalho) estão internacionalizados e não faz sentido a adopção de visões nacionais estreitas que, neste campo, se tornam limitativas.

De facto, o problema da (falta de) competitividade das empresas portuguesas e de

(alega das) desvantagens comparativas radica mais em diferenças de estrutura e estratégias empresariais.

Contudo, este não é nem um problema específico às empresas portuguesas nem tão-pouco uma realidade generalizável a todas elas. Com efeito, a situação inversa pode aplicar-se a casos concretos de empresas portuguesas que têm realizado investimentos rentáveis em Moçambique e em territórios vizinhos, geralmente em associação com empresas moçambicanas ou de terceiros países.

Esta questão da competitividade liga-se, também, com as capacidades de aproveitamento dos benefícios decorrentes da língua e linguagem atrás referidas. Com efeito, tais benefícios derivam não da nacionalidade das empresas mas sim do facto de estas empregarem mão-de-obra portuguesa, o que permite a «apropriação» das vantagens potenciais acima referidas através de políticas de emprego adequadas.

Aliás, não será com certeza por acaso que as empresas (e outras organizações) estrangeiras em Moçambique, face à carência de mão-de-obra local qualificada, têm recrutado portugueses para as suas estratégias de penetração de mercado (as empresas sul-africanas são disso exemplo evidente).

Fraquezas, forças e diversificação de relações

Uma última consideração sobre o tema em análise, se bem que com reflexos directos sobre as relações económicas, deriva de elementos de índole marcadamente política.

Na actual etapa, a consolidação da unidade e soberania nacional tem uma importância relevante em Moçambique. Assim, o reforço de todos os elementos que contribuam para a independência nacional, aí incluído o direito soberano à escolha do regime político do Estado e da estratégia de desenvolvimento económico, é altamente valorizado pelo partido no poder.

Obviamente que, nesta base e nas actuais circunstâncias em que o país se encontra, a diversificação de relações a todos os níveis é um elemento essencial da política externa (incluindo a económica) do Estado.

Por razões de ordem histórica e circunstancial, os capitais e interesses portugueses em Moçambique são bastante limitados, contrariamente ao que se passou na generalidade das ex-colónias europeias em África.

Este facto, conjugado com a várias vezes alegada fraqueza de Portugal para uma expansão rápida de negócios e influências (a que alguns gostam de chamar «falta de vocação neocolonialista»), acaba, num certo sentido, por se transformar de ponto

fraco em ponto forte no relacionamento com Moçambique.

Para terminar e como corolário das reflexões aqui apresentadas, Portugal e nomeadamente as organizações portuguesas envolvidas nas relações económicas bilaterais têm, à partida, vantagens e desvantagens potenciais na competição com terceiros, umas e outras a serem realizadas ou anuladas consoante o grau de conhecimento e compreensão dos problemas do país e da região e os objectivos, estruturas e estratégias adoptados.

Neste contexto, tanto as oportunidades como o clima político existente em Moçambique favorecem o aprofundamento das relações bilaterais com Portugal em todos os domínios. Resta ver até que ponto os interesses e as estratégias portuguesas incluem Moçambique e a África austral nas suas prioridades.